



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DO DIA 30 DE JUNHO DE 2025

Aos trinta dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e cinco, Auditório do Centro Cultural Raiano, em Idanha-a-Nova, reuniu pelas nove horas e trinta minutos, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova, conforme convocatória do dia treze de junho, presidida, pelo senhor António Sousa Lisboa, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, com a seguinte ordem de trabalhos:

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

A preencher nos termos do regimento

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. – Informação sobre a situação financeira e sobre a atividade do Município;
2. – Alteração orçamental modificativa – Primeira Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano do ano de 2025;
3. – Proposta de Terceira alteração ao Mapa das Necessidades de Pessoal para o ano de 2025;
4. – Proposta de Concurso Público para aquisição, por lotes, de géneros alimentícios para a cantina da Escola José Silvestre Ribeiro e cantina municipal – Autorização prévia para assunção de compromissos plurianuais para o procedimento em apreço;
5. - Proposta de Concurso Público para a aquisição de serviços, por lotes, para o fornecimento contínuo, de refeições em refeitórios escolares, refeições confeccionadas e lanches aos alunos das Escolas – Autorização Prévia para Assunção de Compromissos Plurianuais, para o procedimento em apreço;
6. – Beneficiação e substituição de rede de abastecimento de água e saneamento – Monsanto Norte – Alteração de designação da empreitada.

O senhor Presidente da Mesa da Assembleia mandou proceder à chamada dos senhores deputados, tendo-se verificado a ausência do senhor Paulo Jorge Freire Rodrigues, substituída pela senhora Sónia Lauriano, do senhor João Luís Marques Rego Geraldes, substituído pelo senhor Lourenço Malhadas, do senhor Ricardo António Matos Rodrigues, Presidente da União de Freguesias de Monfortinho e Salvaterra do Extremo, substituído pelo senhor António Joaquim dos Santos Carreiro, do senhor Joaquim Jorge Esteves Laranjo, Presidente da Junta de Freguesia de Oledo, do senhor António Gabriel Santos Marcelo, Presidente da Junta de Freguesia de Toulões, substituído pelo senhor José Magro Torres Brito, e do senhor Paulo Sérgio Lameira Pinto, Presidente da União de Freguesias de Zebreira e Segura, substituído pelo senhor Luís Filipe Peres Robalo.

As ausências encontram-se justificadas.

Verificada a existência de quórum, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu por aberta a sessão tendo de seguida dado início à discussão dos assuntos inseridos no

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA.

O senhor Presidente da Mesa informou que se iria proceder à votação da ata da sessão extraordinária realizada no dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e cinco, pelo que solicitou aos senhores deputados se havia



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

alguma alteração, ou objecção, a fazer à mesma, dado que foi enviada, a todos os senhores deputados, uma versão provisória da mesma.

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata da sessão extraordinária da Assembleia Municipal do dia vinte e cinco de abril de dois mil e vinte e cinco, tendo sido a mesma aprovada por UNANIMIDADE.

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou que se iria proceder à votação da ata da sessão ordinária realizada no dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, pelo que solicitou aos senhores deputados se havia alguma alteração, ou objecção, a fazer à mesma, dado que foi enviada, a todos os senhores deputados, uma versão provisória da mesma.

Não havendo qualquer pedido de alteração, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal do dia trinta de abril de dois mil e vinte e cinco, tendo sido a mesma aprovada por UNANIMIDADE

Terminada a votação das atas, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia informou da correspondência recebida, salientando a carta do Movimento Para Todos e que passou a ler:

Assunto: Solicitação de parecer à CCDRC sobre possíveis irregularidades na prestação de contas referente ao ano de 2024 do Município de Idanha-a-Nova.

Senhor Presidente. Na qualidade de Grupo Municipal com assento nesta Assembleia, vimos por este meio solicitar a Vossa Excelência que, nos termos das competências previstas no artigo 25.º da Lei N.º 75/2013, de 12 de setembro, se digne requerer à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Centro a emissão de parecer técnico sobre as possíveis irregularidades da prestação de contas apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova referente ao exercício do ano de 2024.

Tal pedido, justifica-se pelas incongruências detetadas entre o orçamento inicial aprovado por esta Assembleia Municipal e os valores constantes na referida prestação de contas, não tendo sido identificada, ao longo do exercício, qualquer deliberação formal sobre modificações orçamentais, conforme exigido pela legislação aplicável, (al.a) do n.º1 do Art.º 25.º da Lei atrás mencionada). Acresce que foram solicitadas na Assembleia Municipal datada de 30/abril/2025 ao Presidente da Câmara Municipal, esclarecimentos sobre o assunto, o qual preferiu responder com ataques pessoais em alternativa à explicação cabal das dúvidas apresentadas.

Identificação das irregularidades:

-Página 123: Apresentação/resumo do orçamento inicial (€41 279 133,00). Acresce que a primeira revisão ao orçamento, aprovada na Assembleia Municipal de 28/junho/2024, o orçamento previsto passou a ser de €42 865 169,20;

-Página 175: Demonstração da execução orçamental da receita (previsões corrigidas = €32 180 669,26;

-Página 184: Demonstração da execução orçamental da despesa (previsões corrigidas = €32 180,669,26;

-Página 250: Alterações orçamentais da receita;

-Página 259: Alterações orçamentais da despesa;

Regista-se uma divergência entre o saldo final apresentado (prestação de contas = €320180 669,26) e o previsto no orçamento inicial (orçamento inicial + 1.ª revisão = €42 865 169,30) no valor de €10 684 500,04. A



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

presente alteração não foi apresentada pelo Presidente da Câmara Municipal ao executivo camarário, nem à Assembleia Municipal, logo não teve a correspondente modificação orçamental aprovada.

Atendendo à natureza sensível desta matéria e à importância de garantir a legalidade, a transparência e o respeito pelas competências da Assembleia Municipal, consideramos essencial obter um parecer técnico isento e fundamentado por parte da entidade competente para o efeito.

Neste sentido, apelamos à Vossa intervenção imediata para a salvaguarda dos princípios democráticos e do bom funcionamento das instituições locais.

Agradecemos desde já a atenção dispensada para com o assunto, assim como solicitamos ser informados das diligências tomadas por V. Ex.^a.

Com os melhores cumprimentos

O Grupo Municipal do Movimento para Todos
Idanha-a-Nova, 21/maio/2025.”

Seguidamente leu um mail enviado pelo senhor deputado Hugo Rego, recebido no dia 20 de junho de 2025.

“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova.

Chegou ao meu conhecimento que o Complexo Desportivo Municipal das Termas de Monfortinho não só se encontra num estado de degradação inaceitável como também lhe é dado um uso diverso do fim a que ele se destina: a prática desportiva.

Segundo pude observar, depois, no local, neste momento o referido equipamento público desportivo é utilizado como exploração agrícola.

Nessa medida solicito, através de V. Ex.^a ser informado pelo senhor Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, por escrito, do seguinte:

- Qual a razão para a degradação e danificação daquele equipamento público, a ponto de, neste momento, o mesmo não ser utilizável para os fins para os quais foi construído?

- A Câmara Municipal já apresentou a respetiva denúncia ao Ministério Público, a fim de se averiguar quais os autores dos danos provocados no equipamento?

- É o Município de Idanha-a-Nova que explora para fins agrícolas o C.D.M., das Termas de Monfortinho?

- Desde quando é dado esse fim àquele equipamento desportivo?

- São do Município de Idanha-a-Nova os materiais agroquímicos armazenados nas instalações do referido Complexo?

- Caso não seja o Município a explorar atualmente o Complexo, quem é o responsável pela exploração agrícola daquele equipamento público? E a que título são ocupadas por terceiros as instalações do referido Complexo.

- Que medidas pensa o Executivo tomar para inverter a situação por mim reportada?

Com os melhores cumprimentos

Hugo Rego. Deputado Municipal.”

Terminada a leitura do mail, o senhor Presidente da Mesa referiu que no dia 22 de junho de 2025 foi enviada cópia do mail, esperando uma resposta do senhor Presidente d Câmara Municipal.

Relativamente à carta do Movimento para Todos disse “li com muita atenção o seu conteúdo, contatei os serviços da CCDR telefonicamente e a informação que me deram foi de que não é da competência da CCDR dar pareceres sobre



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

contas dos Municípios, dado não ser um órgão fiscalizador, e que o órgão competente para exercer essas funções é o Tribunal de Contas.

Nesse sentido procurei mais informação e encontrei uma Nota Explicativa, emanada da SATAPOCAL, subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL, referente a Modificação Orçamental – Procedimento a adotar para a modificação da receita e que passo a ler:

“Revisões orçamentais

Por diminuição ou anulação de receita

No que alude a revisão orçamental, a mesma é abordada no POCAL para casos de aumento global da despesa, não abordando em concreto o procedimento a adotar no caso de diminuição ou anulação de receitas que impliquem redução correlativa da despesa global.

Uma diminuição ou anulação da receita implica necessariamente uma redução da despesa prevista, no sentido de dar cumprimento ao princípio orçamental do equilíbrio total, preconizado no n.º 1 do artigo 40º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, o qual supõe que os orçamentos das entidades do setor local preveem as receitas necessárias para cobrir todas as despesas, conjugando com o n.º 2 do mesmo artigo, o qual prevê que a receita corrente bruta cobrada deve ser pelo menos igual à despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo. Da leitura do diploma não se afere instantaneamente qual a metodologia a adotar no caso de uma diminuição ou anulação de receita e se a mesma carece da respetiva anuência do órgão deliberativo, pelo que se interpreta que se uma diminuição ou anulação de receita implicar a eliminação de um ou mais projetos de investimento previamente aprovados pelo Órgão Deliberativo, deverá o processo a desenvolver passar por uma revisão orçamental e ser remetido à Assembleia Municipal para aprovação, de acordo com o preconizado na alínea a), do n.º 1 do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. Se a diminuição ou anulação da receita não implicar a eliminação de projetos de investimento, já aprovados, considerando que uma redução da receita irá implicar uma redução também na despesa, a metodologia a adotar deverá passar por uma alteração orçamental, nos termos legalmente previstos.

Novembro de 2014.”

Em face desta informação, a mesa da Assembleia deliberou não enviar esta solicitação à CCDRC.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Hugo Rego que disse “senhor Presidente da Assembleia, eu enviei um mail no dia sete de maio às doze horas e cinquenta e três minutos, o senhor não o rececionou? Em virtude de o senhor Presidente dizer que o mesmo não foi rececionado, eu passo a ler o mesmo: Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova,

As recentes notícias que envolvem o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova e a sua empresa em alegados casos de favorecimento e, eventualmente, de corrupção, que junto em anexo, porque põem em causa o bom nome do Município e abalam a credibilidade dos munícipes na Autarquia, são profundamente preocupantes, e exigem explicações urgente do Sr. Presidente da Câmara, em particular perante a Assembleia Municipal que V. Exa. tão dignamente preside.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

Atento o disposto na primeira parte do n.º 1 do artigo 28.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, pode o Sr. Presidente da Assembleia Municipal convocar uma reunião extraordinária por sua iniciativa, o que encontra, no caso presente, a maior justificação, uma vez que explicações sobre o referido caso devem ser dadas a esta Assembleia o mais rapidamente possível, não se compadecendo tal urgência com o calendário das reuniões previstas.

Nesta medida, e porque é certo que compete a esta Assembleia acompanhar e fiscalizar a atividade de Câmara Municipal, venho, por este meio, solicitar a V. Exa. que se digne informar sobre qual a posição que tenciona tomar em resposta às graves acusações que envolvem o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova.

Finalmente, tomo ainda a liberdade de, junto de Vossa Excelência, recomendar a marcação de uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal, de forma a dar oportunidade ao Sr. Presidente da Câmara de, junto do órgão próprio, dar explicações sobre o assunto.

Com os mais respeitosos cumprimentos

Hugo Rêgo

Deputado à Assembleia Municipal de Idanha-a-Nova

Acho estranho não ter rececionado este e-mail, mas de qualquer maneira é importante que o senhor Presidente da Câmara, uma vez que ainda não se pronunciou sobre estes factos, poder aqui junto da Assembleia Municipal dar informações cabais sobre estas notícias e sobre estes factos. Nós sabemos que V. Ex.ª é sócio de uma empresa, tem cinquenta por cento da Béze Ld.ª, sabemos também que existe uma empresa que é parceira da Béze, que é a Socomebio, e ao mesmo tempo, sabemos também que a Socomebio é fornecedora da Câmara Municipal.

Portanto a pergunta que se põe aqui é se o senhor Presidente da Câmara acha normal esta situação e se considera que pode haver imparcialidade, uma vez que há aqui uma triangulação, que no meu ponto de vista e salvo melhor opinião e salvo as suas explicações, não me parece ser de todo razoável.

Para além disso a Socomebio tem como único e exclusivo cliente público a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova, a quem fornece géneros alimentícios, entre os quais carne de porco.

No meu entendimento, e como disse, anteriormente, considero haver aqui um conflito de interesses manifesto. Porque repare senhor Presidente, eu gostava de saber se o senhor Presidente acha razoável que a mesma pessoa que compra com dinheiros públicos, venda também à mesma empresa. Portanto nada me move pessoalmente contra V. Ex.ª, por quem tenho estima, mas eu acho que é importante que o senhor aqui, em sede própria possa ajudar-nos a perceber esta situação.

Eu considero que, devido a estes atos que considero censuráveis, e lanço até um apelo à assembleia que se possa votar para a criação de uma Comissão de Inquérito, para se apurarem todas as responsabilidades sobre este assunto.”

Terminada a intervenção do senhor deputado o senhor Presidente da Mesa, após consultar o e-mail da Assembleia Municipal, disse ao senhor deputado Hugo Rego que na pasta dos Spams, no dia sete de maio, deu entrada o mail que o senhor deputado se referiu e, querendo, poderia consultar a página. Mais referiu que não é usual consultar tal pasta, mas pediu desculpas por tal facto.

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse “a minha intervenção é acerca da informação que o senhor Presidente agora disse, e aproveitando que tem a pasta dos spams aberta, queria também confirmar se não tem lá também um mail do dia vinte e cinco de junho, às vinte e vinte



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

do senhor vereador José Adelino Gameiro, pois gostávamos que fosse atendido esse mail, para que ele fizesse uma intervenção nesta sessão.

Relativamente à situação que o Grupo Municipal colocou, e que já tinha aqui colocado aqui na sessão anterior, nós se na altura achávamos, agora ainda mais o consideramos, porque também estudámos a situação e também chegámos a outras conclusões, e quando refere o SATABOCAL, há que referir que de lá até aqui o POCAL já sofreu alterações, que passou a SNCAP, mas aí penso que até não houve grandes alterações, e quando fala na questão dos investimentos, aquilo que estava aqui em causa era uma redução significativa do orçamento, para o qual foram prestadas contas e para o qual o grau de execução teve uma percentagem que nada tem a ver com o orçamento inicial. Não é que esteja mal, bastava vir aqui à Assembleia Municipal e fazer essa redução, pois é normal haver reduções e aumentos da receita e despesa, mas em questões de investimentos, mais nos dá razão porque o primeiro direito teve aqui uma redução de seis a sete milhões de euros. Portanto, mais nos dá razão nesse aspeto e era só essa questão

Relativamente à CCDR não dar parecer, desconhecíamos, ou até conhecíamos, mas gostávamos que fosse o senhor Presidente da Assembleia a criar estes procedimentos para normalizar e informar esta situação, e penso que por essa resposta da CCDR não ser ela, a Mesa da Assembleia Municipal não poderá ficar com essa resposta terá que clarificar esta situação.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra à senhora deputada Adalgisa Dias que disse “a atividade cultural em Portugal perdeu dignidade ministerial. Na verdade, o governo requentado, nascido das eleições de 18 de maio de 2025, talvez tenha interpretado a experiência desastrosa da sua anterior ministra como ausência da necessidade de um Ministério da Cultura.

As direitas têm uma longa história de reorganizações ministeriais que afastam, subalternizam, minorizam o peso político da área da cultura no Conselho de Ministros e serviços orgânicos do Estado. Veja-se que o orçamento oficial da cultura em Portugal corresponde a 0,6 por cento do PIB, um dos valores mais baixos da Europa.

É, por isso, que acaba por ser natural a fusão ministerial entre áreas governativas sem relação orgânica real — Cultura com Juventude e Desporto; que só pode ser lida como uma minorização política da cultura. O problema político desta fusão surge de dois fatores: a provável impreparação da equipa ministerial para a área; e a distância orgânica entre áreas de governo que pouco ou nada têm para gerir em conjunto. A pergunta a fazer é: por que razão se fez este ministério? Para que política?

A resposta evidente é que não existe nenhuma política em concreto que esteja por trás desta fusão ministerial. E esse é um problema político: uma fusão ministerial para esconder um vazio político. O Ministério da Cultura não foi extinto, mas ninguém sabe qual é a política que o vai orientar.

A cultura desempenha um papel crucial no desenvolvimento e identidade dos territórios, promovendo coesão social, preservação patrimonial, impulsionando a economia local, aumentando o conhecimento, promovendo a tolerância e a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

paz entre os povos. A valorização da cultura fortalece o sentimento de pertença, estimula a participação cidadã e contribui para a construção de sociedades mais inclusivas e sustentáveis.

Essa é a visão e a missão que o projeto autárquico Idanha Solidária implementou e consolidou. Edward B. Tylor, considerado o pai do conceito moderno de cultura define-a como “todo o complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, a lei, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridas pelo homem como membro da sociedade”.

A cultura é, pois, moldada por valores, tradições, crenças, bens de determinado território. A cultura traduz um movimento complexo e dinâmico de pessoas, coisas, palavras, opiniões, atividades e configurações que intervêm na rotina da comunicação e interação social. A cultura é contexto. É a forma como falamos e vestimos, os alimentos que consumimos e o modo como os preparamos, os deuses e os cultos que lhes prestamos, a forma como dividimos o nosso tempo e espaço, o modo como dançamos, os valores em que socializamos as nossas crianças, é o conjunto de todos os detalhes que compõem a vida quotidiana. A perspetiva sobre a cultura implica que nenhuma cultura é inerentemente superior a qualquer outra e que a riqueza cultural jamais pode derivar de qualquer superioridade. Encarar, hoje, a cultura como parte integrante da nossa vida quotidiana é, simplesmente, uma ideia firmemente democrática. Por isso mesmo o investimento na Cultura é mais importante que nunca.

No período que medeia estas duas assembleias ordinárias, entre abril e junho, atentem nas atividades culturais dinamizadas no nosso território. Eu dou a resposta. Foram cerca de 35 (talvez até mais):

Senhora do Almortão

Vida secreta das fraldas

Concerto Milhanas

5.ª edição das maratonas de bolso da OSF – Orquestra Sem Fronteiras (Monsanto, Toulões, Monfortinho e Penha Garcia)

Encontro com a escritora Tânia Lourenço (PIPSE)

Festival das Sopas (Proença-a-Velha)

Festa da Senhora da Graça

Concerto final Casinha da Música

Brigadas Culturais, com a peça Babel

Fórum cogestão de áreas protegidas

Festival das Flores (Aldeia de Santa Margarida)

Festival do Borrego (Rosmaninhal)

Dia de África: Cabelo

Vamos brincar, incluir e capacitar em Idanha-a-Nova

Camões. 300 anos de histórias, versos e melodias

Espectáculo de revista Baião de oxigénio (João Baião e Cristina Oliveira)

Fados ao pôr do sol

Semana aberta EPRIN



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

Dia da criança em Idanha-a-Nova

Encontro nacional de caravanismo

Idanha na Feira Nacional de Agricultura

3º aniversário do CLAIM

O último canto: Camões e o destino

UHF, Filarmónica Idanhense e convidados

Festa da família

Sarau da USIN

Variações do branco (Filipe Raposo)

Sul

Contos da Oliveira (Ajidanha)

ECOS

We are queen (Coro Misto da Beira Interior)

Ciclo 4 estações 4 concertos – Música Antiga em São Miguel de Acha

Festival Músicas do Mundo: Fado e Flamenco (Zebreira)

Uma ode ao barro e ao adufe [ontem mesmo]

Pequena nota que, entretanto, constatei: o projeto Idanha1000 vê, pelo terceiro ano consecutivo, a sua candidatura para financiamento aprovada pelo Turismo de Portugal. [Se não tivesse resultados e pertinência, o que levaria o Turismo de Portugal a conceder este financiamento?!]

Nos últimos 12 anos, Idanha conquistou um lugar central na política cultural portuguesa.

Tornámo-nos Cidade Criativa da Música da UNESCO. Afirmamos a nossa Cultura. Recebemos artistas do mundo inteiro. Criámos circuitos de criação e redes colaborativas. O caminho continua... e apostar na cultura faz mais sentido do que nunca!

De seguida, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse “*Mudam-se os tempos, mudam-se as vontades*”, escreveu o nosso *Camões cujo dia comemoramos recentemente. E de facto, apesar do fervor político por que passamos e que ainda vamos enfrentar, penso que é oportuno, mais do que nunca, trazermos de novo à reflexão pública um tema que ultimamente voltou a emergir: a Regionalização.*

A Regionalização é um tema adiado, mas não esquecido. Ganhou nova relevância no debate político e académico — e ainda bem. É uma discussão que nos obriga a refletir sobre o país que temos e o país que queremos construir, com justiça territorial, com mais eficácia e com uma democracia verdadeiramente próxima dos cidadãos.

Em 2023, o ex-ministro Pedro Adão e Silva coordenou um estudo no âmbito do Conselho Económico e Social, que aponta para o consenso crescente sobre a necessidade de descentralizar com seriedade. Entre os muitos dados, há um que importa sublinhar: a ausência de regiões administrativas faz de Portugal uma exceção entre os países da União Europeia. E essa exceção não nos favorece.

Há muito que sabemos — e os estudos confirmam — que os portugueses confiam mais no poder local do que no poder central. Segundo dados recentes divulgados pelo jornal Público, as câmaras municipais e as juntas de freguesia são percebidas como as instituições que mais se preocupam com as pessoas. Essa confiança deve-se à proximidade, à acessibilidade e à eficácia na resolução dos problemas reais das populações.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

E não é por acaso: são estas instituições que, dia após dia, garantem a escola aberta, a estrada arranjada, a cultura viva, os apoios sociais mínimos e a esperança no interior. Com poucos meios, mas com muito empenho, as autarquias são o rosto do Estado que ainda chega às aldeias e às pequenas localidades.

A criação de regiões administrativas não deve ser vista como um peso, mas como uma solução. Uma solução para melhorar o planeamento, articular políticas públicas, combater as desigualdades regionais e travar a desertificação. É preciso confiar mais nos territórios, dar-lhes meios e responsabilidade.

Num concelho como o nosso — com uma área extensa, uma baixa densidade populacional, mas uma identidade histórica e cultural fortíssima — a regionalização poderia significar acesso a decisões mais justas, a fundos mais bem distribuídos e a políticas públicas pensadas para a realidade local.

Não se trata de criar mais um patamar de burocracia. Trata-se, sim, de cumprir o que está previsto na Constituição desde 1976: a criação de regiões administrativas democráticas, legitimadas por eleições diretas e dotadas de competências próprias.

Por tudo isto, lanço um repto a esta Assembleia Municipal: que não deixemos este tema morrer no silêncio ou no adiamento. Que o debatamos com seriedade, espírito construtivo e sem preconceitos, pois é merecedor da atenção de todos. E que acompanhemos com determinação e de espírito aberto este desafio, reconhecendo a importância do seu contributo para trazer este assunto de volta ao espaço público.

Seria um sinal de maturidade política e de visão de futuro se a nossa Assembleia — aqui, no interior do país, tantas vezes esquecido — assumisse um papel ativo na defesa de uma regionalização justa, equilibrada e democrática.”

Terminada a intervenção do senhor deputado, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Rogério Bentes que disse “Permitam-me que aborde um tema crucial, cada vez mais debatido na nossa sociedade — e que o nosso Município está a saber transformar em oportunidade: a transição energética e a sustentabilidade ambiental.

Idanha-a-Nova deu passos firmes nesse caminho que é fundamental cumprir: é que não se trata apenas de uma opção estratégica — trata-se de uma necessidade urgente e de um compromisso inadiável com o futuro do nosso território, das próximas gerações e da qualidade de vida de todos nós.

Ao longo dos últimos anos, foram realizadas intervenções significativas em equipamentos municipais fundamentais, com o objetivo de reduzir consumos, modernizar infraestruturas e garantir maior conforto aos utilizadores, tudo isto com um olhar atento à sustentabilidade

O Centro de Saúde, que hoje tem novas valências que já servem a população, é um exemplo disso. Foi alvo de um investimento de cerca de 150 mil euros.

O Pavilhão Municipal de Idanha-a-Nova também foi alvo de melhorias significativas ao nível do isolamento térmico e da iluminação, num investimento superior a 300 mil euros.

O Centro Cultural Raiano beneficiou de uma intervenção de cerca de 600 mil euros, que incluiu a instalação de sistemas de climatização mais eficientes e painéis fotovoltaicos para autoconsumo, entre outras melhorias.

A Biblioteca Municipal e o Arquivo Municipal estão a ser contemplados com medidas que melhoram o desempenho energético dos edifícios e reduzem a pegada ecológica, estimando-se um investimento de aproximadamente 600 mil euros.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

Já nas Piscinas Municipais de Idanha-a-Nova, a intervenção, orçamentada em cerca de 800 mil euros, está a ser particularmente relevante, com a introdução de sistemas de gestão inteligente do consumo energético, assim como a renovação dos sistemas térmicos para soluções mais sustentáveis.

Também a Escola Superior de Gestão de Idanha-a-Nova viu melhorias ao nível da eficiência energética e conforto ambiental para toda a comunidade académica, num investimento de quase 700 mil euros.

Mas os nossos esforços não se ficam pelos edifícios públicos. Acreditamos firmemente na mobilidade sustentável como eixo estruturante do desenvolvimento rural do século XXI. Por isso, a autarquia tem investido também na instalação de carregadores para veículos elétricos, com o objetivo de criar uma rede coesa, acessível e que incentive a adoção de formas de transporte mais limpas. Alguns destes equipamentos já estão em funcionamento, nomeadamente nas Termas de Monfortinho, Medelim, Monsanto, Idanha-a-Nova e Penha Garcia. Estes locais não foram escolhidos ao acaso — representam polos de atração turística, patrimonial e termal, e reforçar a sua acessibilidade é também promover o nosso território.

Contudo, não ficamos por aqui. Já estão planeadas e em fase de implementação novas unidades em Idanha-a-Velha, Zebreira, São Miguel de Acha e Ladoeiro. A visão é clara: garantir que qualquer cidadão ou visitante que opte por uma mobilidade mais sustentável, possa fazê-lo com segurança e cobertura em todo o concelho.

Esta estratégia de eficiência energética e mobilidade elétrica traduz-se num investimento que ultrapassa o valor financeiro — representa uma aposta no futuro, na competitividade do território, na proteção ambiental e, acima de tudo, na qualidade de vida das nossas populações.

Idanha está a dar o exemplo. Estamos a construir um concelho mais verde, mais moderno e mais atrativo. E vamos continuar esse caminho com ambição e compromisso.”

De seguida o senhor Presidente da Mesa disse “terminadas que estão as intervenções dos senhores deputados inscritos para uso da palavra, e como disse ao senhor deputado Daniel Fonseca, foi rececionado no dia vinte e cinco de junho, um mail enviado pelo senhor Vereador José Gameiro e que passo a ler:

Exmº Sr, Presidente, da Assembleia Municipal

Na Reunião de Câmara de dia 19 de dezembro de 2024 e na Assembleia Municipal de 20 de dezembro de 2024, a minha pessoa foi visada pelo Sr. Presidente da Câmara e outras pessoas, em factos que tiveram desfecho judicial de arquivamento, em 5 de maio de 2025.

Assim, venho por este meio, solicitar a V/Exciª permissão para, excecionalmente, intervir nesta Assembleia Municipal de 30.06.2025, a fim de poder de viva voz, esclarecer os equívocos que possam ter ocorrido em torno desta questão, bem como proceder à defesa da minha honra, beliscada nas citadas intervenções.

O momento da minha intervenção, ficará por decisão de V/Exciª

Antecipadamente grato, apresento a V/Exciª os meus respeitosos cumprimentos.

José Adelino Esteves Gameiro (Vereador do Município de Idanha a Nova)”

Nos termos regimentais os senhores vereadores só podem intervir com a devida autorização do senhor Presidente da Câmara Municipal, por isso solicito ao senhor Presidente da Câmara se dá autorização para que o senhor vereador possa usar da palavra.

Com a devida autorização por parte do senhor Presidente da Câmara, dou a palavra ao senhor vereador José Gameiro.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

O senhor vereador José Gameiro disse “eu não venho à procura de qualquer resposta ou qualquer esclarecimento extra, e quer-lhe agradecer o facto de me permitir de dizer de viva voz aqui, o que já todos sabemos, mas de qualquer forma e uma vez que foi referido nesta assembleia, eu gostaria também de o deixar registado e dizer que, tanto na reunião de câmara de dezanove de dezembro de dois mil e vinte e quatro, como na assembleia municipal de vinte de dezembro de dois mil e vinte e quatro, fui alvo de ataques sobre trabalhos que fiz para duas juntas de freguesia do nosso concelho e que fiz de uma forma totalmente transparente e exatamente nos mesmos moldes em que vinha fazendo anos atrás.

Portanto, acho que isto também não ficaram dúvidas para ninguém e os presidentes em causa estão aí, e, portanto, perguntem se houve contornos diferentes em relação a isto, ou não, e eles o saberão dizer.

Dizer também que este assunto teve o seu desfecho de arquivamento do Ministério Público, do dia cinco de dois mil e vinte e cinco, o que pra mim ficou completamente encerrado nessa altura.

Não deixarei também de dizer que li todo o conjunto de documentos que vinham apensos à nota de culpa, mas que de facto a instrução do processo deixa muito, mas muito, a desejar. Eu acho que o município deve ter pessoas suficientemente capazes de fazer um processo desta natureza, porque, nomeadamente, os visados das freguesias não foram ouvidos no processo, o que seria normal.

Quero aproveitar para agradecer ao senhor Presidente da Assembleia Municipal e dizer-lhe claramente que hoje esta assembleia subiu uns pontos largos na democracia de Idanha-a-Nova, porque eu já tinha aqui abordado, mais que uma vez, e nunca me tinha sido dado a palavra e a possibilidade de apresentar alguma defesa, e o senhor fê-lo. Portanto parabéns, a assembleia está a mudar, já dura pouco tempo, mas quero-lhe agradecer por isso.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara para responder às questões e disse “não é que eu tenha que responder aqui ao senhor vereador, pois tenho é que responder na sessão da câmara, mas quem tem que esgar de parabéns sou eu que lhe dei a palavra que é o que o regimento da assembleia diz, e obviamente o fiz com todo o gosto.

Respondendo a algumas questões que foram colocadas e relativamente ao senhor deputado Hugo Rego, a sua intervenção é claramente política do partido que agora representa, embora não esteja aqui a representar esse partido política nesta assembleia, e, portanto, teve já uma resposta do partido socialista sobre essas questões e não há mais nada a acrescentar que aquilo que já foi esclarecido. Não foi esclarecido, foi claramente, e não é que haja um esclarecimento a fazer, a resposta é política às suas questões políticas e, portanto, não tenho mais nada a acrescentar relativamente a isso. A história é bem documentada e foi bem explicitada politicamente.

Sobre a intervenção do senhor deputado Daniel também aqui foi claramente explicado pelo senhor Presidente da Assembleia Municipal, portanto, o órgão Câmara Municipal, o órgão Assembleia Municipal pronunciaram-se sobre os documentos, como tem feito durante todos estes anos, de uma forma normal e depois vai ao Tribunal de Contas, que é a entidade fiscalizadora e que fará uma avaliação, como expliquei aqui, há uns anos atrás em que não existia ROC na avaliação dos documentos contabilísticos, e agora há de facto um ROC que faz essa avaliação interna e depois pelo Tribunal de Contas que é a entidade competente nessa matéria.

Este ano não fizemos nada de anormal, em face aos outros anos, e como expliquei nessa assembleia municipal, concretamente sobre esse tema que o senhor deputado está a falar, a redução do orçamento do primeiro direito, este



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

ano estão exatamente em curso como , como sabe, os investimentos para podermos construir habitação a preços acessíveis em Idanha-a-Nova, o que é normal na gestão de programas comunitários, e neste caso concreto os do PRR, que passem de uns anos para os outros, sempre foi e continuará a ser no futuro. Não há ninguém que tenha um orçamento a começar no dia um de janeiro e termina, a valor, no dia trinta e um de dezembro, exatamente como começou. O orçamento é uma perspetiva assente em documentos que comprovam essas perspetivas, e assim tem sido ao longo dos anos, e agora mais do que nunca é obrigatório, o que há uns anos atrás não o era e por isso havia alguns municípios que empolvavam os orçamentos e nunca foi o caso de Idanha, mas hoje nem isso é possível porque tudo o eu é colocado no orçamento tem que ter documentos de suporte, e portanto, o orçamento é uma expectativa que durante o ano vai acontecendo e é natural que quando se chega ao final do ano haja estes acertos de acordo com a legislação. Não há nada que se faça se se não estiver de acordo com a legislação.”

Terminado o Período Antes da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão dos assuntos do

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

PONTO NÚMERO UM – INFORMAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E SOBRE A ATIVIDADE DO MUNICÍPIO – O senhor Presidente da Assembleia informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Daniel Fonseca que disse “*diz aqui o senhor Presidente da Câmara que o orçamento é feito perante documentos de suporte. É pena, nós na assembleia não temos acesso a esses documentos de suporte, para que realmente possamos avaliar se o orçamento é inflacionado ou não.*

Relativamente à informação financeira queria apenas fazer algumas análises e não tenho quaisquer dúvidas do que aqui está, mas fazer apenas algumas análises. Na questão da receita, estamos a meio do ano e a receita de investimento está nos treze por cento. Dos quarenta e seis milhões inicialmente aprovados, temos vinte e dois executados, de receita. É dos anos de menor execução existe. Aqui à margem com dois mil e vinte e três que sabemos perfeitamente que foi o termo de vários programas do quadro comunitário que foram executados no final do ano, o que não é o caso este ano, isto porque, em termos de investimento diz-nos aqui o documento que temos duzentos e cinco mil euros para receber em pedidos de pagamento. Não temos conhecimento de qualquer investimento que esteja neste momento aprovado, quer no PORR, quer no Portugal 2030. No entanto soubemos, e foi a sessão de câmara que a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova iria solicitar um empréstimo de um milhão de euros para fazer face aos pedidos de pagamento que depois seriam ressarcidos. Acha mos estranho que isso assim seja, porque, como disse, não temos conhecimento de quaisquer projetos aprovados e que estejam nesse âmbito, e os pedidos de pagamento solicitados, no valor de duzentos e cinco mil euros, que já transitam de assembleias anteriores. Relativamente à despesa, quando se fala aqui em investimento, temos uma despesa, no meio do ano, de oito por cento, também dos anos, em termos homólogos, com taxas menores. Por áreas podemos frisar aqui, e quando fala



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

aqui na habitação tem zero por cento de execução. Saneamento, abastecimento, resíduos sólidos, não chega a três por cento. Educação três vírgula três por cento. Transportes, turismo, zero por cento.

Em relação ao prazo médio de pagamento estamos nos vinte e um dias, mas mesmo assim, vinte e um dias para aquilo que já por aqui andou, realmente não é nada, mas os vinte e um dias estamos a falar em que é mais fraco o período das adjudicações que o município fez. Neste período fez de adjudicações noventa e oito mil euros. Falávamos, em períodos homólogos, de dois milhões, e posso até dizer que em abril de dois mil e vinte e três eram seiscentos mil euros de adjudicações, setembro de dois mil e vinte e quatro dois milhões e quarenta mil, em junho de dois mil e vinte e quatro, precisamente nesta altura, passava dos seiscentos mil euros.

É isto que de facto nos preocupa e que nos deixa mesmo muito apreensivos neste final de mandato de chegarmos a este ponto e termos esta situação financeira que, de facto, não só nos entristece como nos preocupa muito.”

De seguida o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor João Almeida, Presidente da Junta de Freguesia do Ladoeiro, que disse “Venho nesta sessão destacar e valorizar um conjunto de investimentos fundamentais que estão a ser promovidos pelo Município de Idanha-a-Nova nas freguesias de Monfortinho, Ladoeiro e Monsanto, no âmbito da beneficiação das redes de abastecimento de água, saneamento e regadio.

Em Monfortinho, está em curso uma empreitada no valor de seiscentos quarenta e seis mil euros – adjudicada recentemente – que visa a substituição e modernização da rede de abastecimento de água e do sistema de regadio. Esta intervenção permitirá aumentar significativamente a eficiência na gestão dos recursos hídricos, com impacto direto na qualidade de vida da população local e nas atividades agrícolas. Importa salientar que este projeto inclui a redução de perdas de água, a otimização da distribuição e a sustentabilidade do fornecimento, aspetos que se revelam críticos face às alterações climáticas e à escassez hídrica.

No meu Ladoeiro, o investimento ascende a mais de um milhão e cem mil euros, estando prevista não só a reabilitação da rede de água e saneamento, mas também a revisão dos arruamentos e infraestruturas de regadio. Esta freguesia apresenta desafios técnicos relevantes, por ser atravessada por vias nacionais e por ter uma sobreposição de sistemas que exige uma abordagem integrada. Esta intervenção é crucial para que o Ladoeiro possa vir a beneficiar de Áreas de Reabilitação Urbana, o que abrirá portas a novos apoios e projetos estruturantes.

Monsanto também se insere nesta estratégia alargada de modernização das infraestruturas básicas do concelho, evidenciando uma visão coerente e articulada para todo o território. O projeto de execução está aprovado, prevendo-se para muito breve a abertura do procedimento concursal para a empreitada de Beneficiação e Substituição de Rede de Abastecimento de Água e Saneamento – Monsanto Norte” com um preço estimado de seiscentos cinquenta e quatro mil euros e um prazo de execução previsto de cento e cinquenta dias.

Estes investimentos não são apenas obras de engenharia: são investimentos na dignidade das populações, na sustentabilidade ambiental e na valorização do mundo rural. Representam uma aposta clara na coesão territorial e no reforço da atratividade destas freguesias para viver, investir e produzir.

Saudamos por isso o esforço da Câmara Municipal e deixamos aqui o nosso apelo para que estes projetos possam continuar a ser acompanhados com rigor, transparência e visão de futuro, e que sejam igualmente alargados a outras freguesias do concelho que enfrentam desafios semelhantes.”

De seguida o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Vitor Mascarenhas, Presidente da União



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

de Freguesias de Idanha-a-Nova e Alcafozes, que disse “*Mais uma vez dedico a minha intervenção ao associativismo, uma força vital do nosso território: o associativismo e a sua dinâmica.*”

Em Idanha, o associativismo não é apenas uma expressão de organização social — é identidade, é participação ativa, é comunidade em ação. As associações do concelho têm dado provas, ano após ano, de um dinamismo notável e de uma capacidade de mobilização que muito orgulha quem aqui vive. Quero destacar, em particular, o trabalho e os resultados alcançados por quatro instituições que têm levado o nome do concelho e promovido o desporto, a cultura e o convívio intergeracional:

A Casa do Benfica de Idanha-a-Nova, que tem vindo a desenvolver um trabalho exemplar, sobretudo na promoção do desporto jovem, criando oportunidades de prática desportiva e fomentando valores como o espírito de equipa e a disciplina.

O Club União Idanhense, símbolo da nossa tradição desportiva, continua a ser um pilar essencial na formação desportiva e humana de tantos jovens, com um percurso competitivo assinalável, fruto do esforço de atletas, dirigentes e voluntários.

O Clube de Tênis de Idanha, que não só tem mantido uma atividade regular e bem organizada, como tem contribuído para diversificar a oferta desportiva do concelho, colocando o tênis como uma opção acessível e formativa para os nossos cidadãos.

A Associação Cultural e Desportiva do Ladoeiro, que se tem afirmado com grande mérito no panorama do futsal nacional, dando cartas dentro e fora do concelho. O trabalho feito ao nível da formação e da competição sénior tem sido exemplar, colocando o nome do Ladoeiro — e de Idanha-a-Nova — nas bocas do país. A isto junta-se uma dinâmica cultural e recreativa muito ativa, que continua a envolver a comunidade em diversas iniciativas ao longo do ano. Mas o associativismo em Idanha não se resume aos resultados desportivos, embora esses nos encham de orgulho. Vai muito além disso: são dezenas de atividades recreativas, culturais e sociais que acontecem ao longo do ano, graças ao empenho das nossas associações e coletividades. Desde festas tradicionais a encontros culturais, desde aulas de música e dança a iniciativas ambientais ou solidárias — estas atividades são alimento para a alma da nossa terra.

Quero ainda deixar uma palavra especial ao regresso das festas populares em Idanha-a-Nova, dinamizadas por um grupo de gente jovem, empreendedora e com sentido de missão. Estas festas, além de marcarem o calendário festivo do concelho, são também um barómetro da vitalidade social da nossa comunidade. Quando a juventude se envolve, quando assume responsabilidades e faz acontecer, o futuro ganha uma nova esperança. Por isso, deixo aqui um agradecimento público e sincero a todos os dirigentes associativos, voluntários, treinadores, professores, músicos, artistas e colaboradores que, de forma generosa e muitas vezes invisível, fazem com que o concelho de Idanha-a-Nova seja um território ativo, participativo e cheio de vida.

O associativismo é, sem dúvida, um dos motores que move a nossa terra. E é nosso dever continuar a apoiá-lo, a valorizá-lo e a garantir que tem condições para crescer.”

Terminada a intervenção do senhor Presidente da União de Freguesias, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor deputado Alberto Umbelino que disse “*ao ler a página 16ª desta Informação (Situação financeira e atividade do Município) interroguei-me. E é sobre essa interrogação que vos venho falar.*”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

Imigrante é alguém que chega a um novo país com intenção de se estabelecer

Migrante é uma pessoa que se desloca de um lugar para outro, seja dentro do mesmo país, ou entre países.

A este propósito, a CIMBB- Comunidade Intermunicipal da Beira Baixa encomendou um estudo “RX” ao Instituto Politécnico de Castelo Branco, para “conhecer melhor o perfil sociodemográfico, educativo e laboral, bem como, as necessidades de habitação e outras expectativas de quem escolheu o território da Beira Baixa para viver”.

Prossegue, com a intenção de definir políticas públicas mais ajustadas à realidade local, adequando também as necessidades desses migrantes com a região e promovendo assim, uma integração à medida de todos.

O território de Idanha-a-Nova, entre 2001 e 2021, perdeu 3004 habitantes. E nós não queremos um despovoamento acentuado.

Isto, apesar de no interior de Portugal a vida é muito mais fácil, tranquila, melhor qualidade ambiental, mais segurança, com menos tempo de deslocação e até se diz com disponibilidade de equipamento de utilização coletiva.

A habitação é seguramente mais acessível em termos de custos, mas também existe maior escassez de oferta.

O estudo identifica sete eixos estratégicos onde se pode intervir:

Planeamento e Coordenação Municipal

Plano Estratégico Intermunicipal para a Imigração ou uma Plataforma de Monitorização

Gabinete de Apoio ao Imigrante por Município

Parcerias públicas /privadas para a reabilitação de imóveis devolutos e sua disponibilização para novos residentes

Plano de Inserção no Mercado de Trabalho que inclua Formação Profissional

Incentivar a criação do próprio emprego

Promover eventos intermunicipais e de sensibilização para fortalecer a convivência entre imigrantes e população local.

Não devemos esquecer que urge ainda garantir o acesso à saúde e assistência social destes cidadãos

E que trabalho tem desenvolvido o Centro Local Apoio Imigrante, ou seja, o CLAIM no território de Idanha-a-Nova?

O CLAIM de Idanha-a-Nova resulta de um protocolo de cooperação celebrado em junho de 2022 entre o Alto Comissariado para as Migrações e o Município de Idanha-a-Nova que visa a implementação de um serviço com funções de acolhimento, informação e apoio a cidadãos migrantes, articulando com as diversas estruturas locais e promovendo a interculturalidade a nível local.

Em setembro de 2024 procedeu-se à operacionalização da abertura do Posto de Atendimento EM AIMA Idanha-a-Nova, decorrente da celebração do Protocolo de Colaboração entre a Estrutura de Missão para a Recuperação de Processos Pendentes na AIMA, o Município de Idanha-a-Nova e a Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P., com vista a facilitar e simplificar os procedimentos administrativos da competência da AIMA, IP designadamente no que respeita à recolha de todos os dados e informação necessária à concretização dos pedidos apresentados nos referidos procedimentos.

De 26 de setembro de 2024 a 31 de maio de 2025, este posto de atendimento realizou 1027 atendimentos que, no âmbito do referido protocolo, foram assegurados pela equipa do CLAIM de Idanha-a-Nova.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

E se voltarmos a olhar para o ano de 2022 aquando do início do protocolo com o CLAIM, Idanha-a-Nova, registou até hoje 3462 atendimentos.

Desde essa data, foram criados 565 perfis de clientes, sendo que 442 têm a sua residência no concelho de Idanha-a-Nova.

Em termos de género, e no âmbito dos clientes registados, os dados apontam o seguinte:

Mulheres – 217

Homens- 223.

Já por faixa etária, os dados apontam:

Entre os 18-29.....199 clientes

Entre os 30-39..... 74 clientes

Entre os 4.-49..... 56 clientes

Entre os 50-65..... 36 clientes

Entre os assuntos que levam os migrantes a recorrer ao CLAIM de Idanha-a-Nova, além das questões associadas à Permanência em Território Nacional, os dados apontam para o facto de a Educação constar no TOP 5 de Assuntos.

Estes dados refletem o aumento do número de crianças e jovens migrantes no concelho.

Creches20 crianças

Pré Escolar.....18 crianças

1º Ciclo.....30 “

2º ciclo.....10 “

3º Ciclo.....21 “

Secundário..... 9 “

Eprin.....68 Jovens

Esguin.....164 Jovens

No que diz respeito à nacionalidade dos migrantes registados com residência no concelho de Idanha-a-Nova, e que recorreram aos serviços do CLAIM, desde agosto de 2024, os dados apontam que a maioria é proveniente dos PALOP'S com destaque para São Tomé e Príncipe (214 clientes); Guiné-Bissau (33); Cabo Verde (16); Angola (10); Moçambique (9).

De Timor-Leste há o registo de 9 clientes, do Brasil 32 clientes e da Índia, 19 clientes.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

Os migrantes europeus são os que menos recorrem ao CLAIM de Idanha-a-Nova, não havendo registos expressivos, com exceção dos refugiados ucranianos, onde existe um registo de 16 que apresentam a sua residência no concelho.

Isto não é um olhar crítico, mas um olhar construtivo, no horizonte da revitalização demográfica, sobre os desafios atuais e a necessidade de ação política responsável em articulação com o Estado e comprometida com o bem-estar coletivo.

Sem pessoas não há economia. Sem economia não há território sustentável.”

Terminadas as intervenções dos senhores deputados o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara Municipal que disse “*respondendo ao senhor deputado Daniel sobre as execuções baixas, obviamente nós estamos numa fase de transição de quadro comunitário, e portanto, estamos a fechar uns e estamos a abrir já os novos, e os investimentos estão aí, aliás os senhores deputados, hoje, e o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ladoeiro, João Almeida vieram aqui falar, uns no âmbito da eficiência energética e muitos outros que estão a ser feitos, e, portanto, seguirão o seu curso normal., e sabendo nós, que neste momento o que está acontecendo a nível nacional, é a dificuldade em encontrar empreiteiros para fazer obras, e nós continuamos a ter concursos vazios, mas continuamos na luta, que não é fácil, mas que procuramos levar a bom porto. Mas mais uma vez o refiro, a gestão do orçamento tem a ver com esta expectativa de obras que se fazem, nos tempos que decorrem, nos prazos dos concursos e das suas execuções.*

Por parte do senhor Presidente de Junta de Freguesia do Ladoeiro dos investimentos que estamos a fazer, quer no Ladoeiro, quer em Monfortinho e quer em Monsanto, e Monsanto, e Monsanto ao longo do tempo fomos, e até pelas suas particularidades, alterando este investimento com projetos que fomos fazendo, e por isso também vem a esta assembleia exatamente a alteração do nome do investimento, para depois podermos lançar os concursos públicos, dado que já estão todos os projetos terminados, e, portanto, também é algo que queremos deixar pronto e a funcionar, porque a questão da gestão da água, do saneamento, é fundamental para o bom funcionamento do município.

Obviamente como disse, e muito bem, o senhor Presidente da Junta de Freguesia do Ladoeiro, o concelho precisa, para além destes investimentos, muito mais, e daí termos identificado no quadro comunitário esta possibilidade de continuarmos a fazer boas execuções, para conseguirmos melhor eficiência na gestão da água e do saneamento.”

Terminada a discussão deste ponto da ordem de trabalhos, o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO DOIS: PROPOSTA ORÇAMENTAL MODIFICATIVA - PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2025 – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta apresentada.

O senhor Presidente da Câmara disse “*aqui é a alteração que existe da inclusão do saldo de gerência do ano de 2024.*”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

Terminado o mesmo, e não havendo qualquer pedido de intervenção para uso da palavra, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMEMNTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO O ANO DE 2025, tendo sido apurado o seguinte resultado.

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: cinco – Carla Alexandra Galveia, Daniel Fonseca, Sónia Lauriano, Sónia Nunes, e Hugo Rego;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a proposta foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente da Mesa solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, CINCO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE ALTERAÇÃO ORÇAMENTAL MODIFICATIVA – PRIMEIRA REVISÃO AO ORÇAMENTO E GRANDES OPÇÕES DO PLANO DO ANO DE 2025.”

Seguidamente o senhor Presidente da Assembleia deu início à discussão do

PONTO NÚMERO TRÊS: PROPOSTA DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE NECESSIDADES DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025 — O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para, querendo, prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta aqui presente.

O senhor Presidente da Câmara disse *“essencialmente esta proposta de alteração te m a ver, na sua maioria, com colaboradores da Câmara Municipal, que na sua promoção, estão sujeitos a uma promoção por mobilidade, e portanto, é preciso criar novos lugares para estes funcionários que já estão na Câmara Municipal. Na sua maioria é esta situação que se coloca.”*

Terminada a intervenção do senhor Presidente da Câmara, o senhor Presidente da Mesa informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, e não havendo pedidos de intervenção para uso da palavra o senhor Presidente da Assembleia submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à PROPOSTA DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE NECESSIDADES DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: zero;

Votos de abstenção: cinco – Carla Alexandra Galveia, Daniel Fonseca, Sónia Laureano, Sónia Nunes, e Paulo Baptista;

Votos a favor: vinte e dois.

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025**

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação **“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM ZERO VOTOS EM CONTRA, CINCO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E DOIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE TERCEIRA ALTERAÇÃO AO MAPA DE NECESSIDADES DE PESSOAL PARA O ANO DE 2025.”**

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO QUATRO: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO, POR LOTES, DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CANTINA DA ESCOLA JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO E CANTINA MUNICIPAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Assembleia solicitou ao senhor Presidente da Câmara Municipal para prestar esclarecimentos adicionais sobre a proposta apresentada, bem como da proposta do ponto seguinte, já que o assunto é semelhante.

O senhor Presidente da Câmara disse *“à semelhança de anos anteriores, aqui trazemos esta proposta de concurso público, e, portanto, vai concorrer quem entender que tenha melhores condições em termos de preços de acordo com o caderno de encargos estabelecido pela nossa equipa que gere os géneros alimentícios das cantinas que nós gerimos.”*

O senhor Presidente da Assembleia informou os senhores deputados que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra.

Terminado o mesmo, o senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao senhor deputado Hugo Rego que disse *“eu para iniciar gostava de saber quem é que apresenta esta proposta à Câmara Municipal, pois ela não está assinada e por isso gostaria de saber isso. Também não está o parecer da chefe de divisão, não sei se deveria estar ou não, mas gostava de ser esclarecido em relação a estas questões. Aliás, como até agora foram alterados os critérios de adjudicação e o prazo de execução e gostava de saber de quem é que partiu esta proposta, porque, ao contrário do que aconteceu nos anos anteriores para o mesmo fornecimento de bens, onde o prazo de execução era de trezentos e sessenta e cinco dias, ou menos, agora passa a ser de dezoito meses. De quem é que partiu a proposta da alteração do prazo de execução? Foi do senhor Presidente? Foi da senhora Vice-presidente? Foi dos senhores vereadores da oposição? É que dá a ideia de que agora uma intenção clara de prolongar este fornecimento, e gostaria de saber porquê. De quem é que é o interesse de estar a adjudicar o prazo de execução por um período superior ao mandato, uma vez que o mandato está no fim praticamente. Porque é que estão empenhados em fazer um compromisso plurianual? Qual é o interesse de estar a comprar bens dos próximos dois anos?”*

Curiosamente, e eu não ponho isso em causa, são sempre os mesmos a ganhar os concursos públicos. São empresas do círculo pessoal, familiar e político do senhor Presidente, Socomebio, Gaspar e Fernandes, Alcofa Mágica, entre outros, e mais uma vez repito, não estou a por isso em causa, mas qual foi o interesse de dilatar no tempo deste fornecimento, é que o senhor Presidente parece querer repetir o modelo do cartão raiano de saúde, modelo esse, como é sabido, foi reprovado pelo Tribunal de Contas.”



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

Não havendo mais pedidos de intervenção por parte dos senhores deputados, o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse *“senhor deputado e imagino que o senhor deputado não sabe como funcionam, e é natural, os serviços das câmaras municipais deste país, e onde a Câmara Municipal de Idanha-a-Nova se inclui. Não é o Presidente da Câmara que faz os cadernos de encargos, pois se assim fosse estava desgraçado, fazer cadernos de encargos para um orçamento de quarenta e seis milhões de euros, e se não tenho tempo para ir de férias durante estes últimos doze anos, então tinha que ter quarenta e oito horas por dia. Claro que são os nossos serviços senhor deputado, são os nossos quatrocentos funcionários que nós temos, e eu nem sequer vejo cadernos de encargos, como é evidente, nem sou especialista, nem quero ser especialista. Não vou dizer que tenho raiva de quem é, mas de maneira nenhuma. Vou deixar de ser Presidente da Câmara e os serviços vão continuar a funcionar, e é assim que tem que ser. As câmaras do país, como nós preparamos a Câmara de Idanha, sai um Presidente, entra outro e o objetivo é que a câmara funcione. Quem vier há-de dar orientações políticas sobre o funcionamento da instituição.*

Neste caso estamos a falar de géneros alimentícios, tem a ver com a educação, então é a divisão de educação que trabalha o assunto. Estamos a falar de uma obra, então é a divisão de urbanismo que faz os cadernos de encargos com os seus técnicos. O que o Presidente da Câmara e o seu gabinete de apoio faz, é, obviamente., no final assina aquilo que os nossos técnicos fazem todos os dias, é o seu trabalho do dia a dia. São os serviços técnicos das diferentes divisões que trabalham os cadernos de encargos de acordo com os nossos compromissos e depois é a área financeira que lança os concursos e fazem a sua gestão, e portanto, o Presidente da Câmara é o último a dar o seu aval, que com o nosso gabinete jurídico que se pronuncia se tudo está de acordo com a legislação em vigor, e posso afirmar que hoje em dia nada se faz sem esse apoio do gabinete jurídico. Se há algo que hoje em dia funciona com muita transparência, para além de que todos estes concursos estão nas plataformas, é também revisto pelos diferentes serviços, tornando-se, por vezes, um pouco burocrático este sistema.”

Terminando a intervenção do senhor Presidente da Câmara Municipal e não havendo mais pedidos de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à **PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO, POR LOTES, DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A CANTINA DA ESCOLA JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO E CANTINA MUNICIPAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS**, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: um- deputado Hugo Rego

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis

Em face deste resultado a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova foi aprovada por MAIORIA.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM UM VOTO EM CONTRA, ZERO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E SEIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO, POR LOTES, DE GÉNEROS ALIMENTÍCIOS PARA A



**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025**

CANTINA DA ESCOLA JOSÉ SILVESTRE RIBEIRO E CÂMARA MUNICIPAL – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA O PROCEDIMENTO EM APREÇO.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do

PONTO NÚMERO CINCO: PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, POR LOTES, PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO, DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES, REFEIÇÕES CONFECCIONADAS E LANCHES AOS ALUNOS DAS ESCOLAS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS – O senhor Presidente da Mesa solicitou ao senhor Presidente da Câmara para prestar esclarecimentos adicionais sobre esta proposta.

O senhor Presidente da Câmara disse “*à semelhança do ponto anterior, nós, além de fazermos uma gestão direta nas cantinas situadas na Freguesia de Idanha-a-Nova, nas outras freguesias fazemos estes concursos públicos com as entidades que habitualmente concorrem, que são as IPSS, mas não deixam de ser concursos públicos que temos tido parcerias com as IPSS, e é nesse âmbito que aqui trazemos esta proposta de concurso público.*”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa informou que estava aberto o período de inscrição para uso da palavra

Terminado o mesmo e não havendo qualquer pedido de intervenção, o senhor Presidente da Mesa submeteu a votação a proposta da Câmara Municipal de Idanha-a-Nova relativa à *PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA A AQUISIÇÃO DE SEFVIÇOS, POR LOTES, PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO, DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES, REFEIÇÕES CONFECCIONADAS E LANCHES AOS ALUNOS DAS ESCOLAS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS*, tendo sido apurado o seguinte resultado:

Número de votantes: vinte e sete;

Votos em contra: um - deputado Hugo Rego;

Votos de abstenção: zero;

Votos a favor: vinte e seis.

Em face deste resultado a proposta apresentada pela Câmara Municipal foi aprovada por MAIORIA-.

O senhor Presidente solicitou à Assembleia, conforme pedido da Câmara Municipal, que este ponto da ata fosse aprovado em minuta. Por unanimidade, foi aprovada esta parte da ata em minuta, com a seguinte redação

“FOI DELIBERADO POR MAIORIA, COM UM VOTO EM CONTRA, ZERO VOTOS DE ABSTENÇÃO E VINTE E SEIS VOTOS A FAVOR, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA RELATIVA À PROPOSTA DE CONCURSO PÚBLICO PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS, POR LOTES, PARA O FORNECIMENTO CONTÍNUO, DE REFEIÇÕES EM REFEITÓRIOS ESCOLARES, REFEIÇÕES CONFECCIONADAS E LANCHES AOS ALUNOS DAS ESCOLAS – AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS PARA P PROCEDIMENTO EM APREÇO.”

Seguidamente o senhor Presidente da Mesa deu início à discussão do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

PONTO NÚMERO SEIS: BENEFICIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO – MONSANTO NORTE – ALTERAÇÃO DE DESIGNAÇÃO DA EMPREITADA – O senhor Presidente da Assembleia informou que conforme o ofício enviado, este assunto seria somente para informação, contudo solicitou ao senhor Presidente da Câmara, querendo, prestasse mais esclarecimentos sobre o assunto.

O senhor Presidente da Câmara disse “os nossos serviços técnicos entenderam fazer esta alteração na designação desta empreitada que vamos fazer, atendendo aos projetos que foram sendo feitos e às necessidades que a população nos foi transmitindo, e portanto, nada tem de especial esta componente técnica que é importante trazer à Assembleia Municipal, dado que foi também o órgão que aprovou a designação anterior desta empreitada.”

Terminada a discussão dos assuntos da Ordem do Dia, o senhor Presidente da Mesa da Mesa, em cumprimento do estipulado regimentalmente perguntou se alguém do público queria usar da palavra.

Verificou-se a inscrição de uma cidadã do concelho.

Assim foi dada a palavra à cidadã Isabel Palha de Figueiredo que disse “chamo-me Isabel Palha de Figueiredo, vivo na Herdade da Toula em Idanha-a-Nova e só queria aqui falar de um ponto e com esta movimentação toda que está a acontecer para o evento que vai acontecer, o BOOM, dentro de um mês e pouco, começa a haver uma movimentação de pessoas estranha ao concelho que de momento já começaram a causar alguns estragos. Estragos esses que posso-me referir a assaltos. Assaltos a casas residenciais de Idanha-a-Nova, com bastante cuidado e a permanência nas entradas de certas propriedades que em alguns momentos do dia podem estar isoladas de pessoas. Perguntava a resta assembleia se, por acaso, está previsto, ou se podem prever uma maior atenção e vigilância para quem vive nestes montes isolados, que graças a Deus ainda são habitados, mas que na realidade são pessoas idosas e outras sozinhas, mas na realidade precisam de um certo acompanhamento que quando nós chamamos as entidades oficiais não aparecem, ou porque não tem combustível para os transportes, ou então porque estão ausentes e que não podem intervir.”

Por isso gostaria de saber se poderiam ter um pouco mais de atenção nesse sentido de vigilância sobretudo nestes períodos do final deste mês, julho e até terminar o evento. É sempre preciso, mas nesta altura precisávamos de mais atenção e cuidado porque vivem bastantes pessoas idosas nestes montes, ou então pessoas isoladas, e era por isso que venho perguntar se poderiam ter um bocadinho essa atenção e se está previsto.”

De seguida o senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao senhor Presidente da Câmara que disse “senhor Isabel Palha, acho que não podemos fazer essa conotação que há assaltos porque já há gente do BOOM, mas, que eu saiba, ainda não há ninguém do BOOM, há sim trabalhadores e como acontece todos os anos quando acontece o BOOM, nós fazemos, e é natural que a senhora não conheça a forma como nós funcionamos, mas o BOOM Festival é o único evento em Portugal e referido a nível internacional como exemplo, que é o único evento no mundo que nós nos encontramos um ano antes com todas as entidades que em Portugal gerem as áreas da segurança, da saúde, e falando da segurança temos os bombeiros, a proteção civil, a polícia judiciária, os serviços que substituíram os serviços de estrangeiros e fronteiras, a PSP, a GNR, mas também posso dizer, a Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, ICNF e nessa altura o concelho de Idanha fica cheio com todas estas entidades, e isto já o fazemos há vários anos, não é este ano em especial.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE IDANHA-A-NOVA
ATA N.º 25 DE 30-06-2025

E, portanto, os registos que temos de violência, de assaltos neste período em que acontece o BOOM são diminutos face ao que acontece em Portugal, e já não falo a nível internacional. Tem sido sempre referenciada a boa prática que no Município de Idanha-a-Nova acontece

Outra questão, e já é aquilo que a senhora refere é o facto de termos populações isoladas, e neste último ano, conhecemos vários casos de assaltos a pessoas isoladas, mas não tem nada a ver com o BOOM, aliás, ninguém deixa lá a dizer que venho para o BOOM, ou sou do BOOM, ou seja de onde quer que seja, por isso é preciso ter-mos algum cuidado com isso, porque senão estamos a falar de preconceitos.”

Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente da Assembleia deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente acta, que depois de lida e achada conforme, vai ser assinada pelos membros da Mesa.